



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br

1 **ATA DA 17ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL DA**
2 **ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE** Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e
3 dezenove, Sala dos Conselhos na Universidade Aberta do Brasil (UAB), situada à Avenida São João,
4 nº 545 - Centro, Peruíbe/SP, ocorreu a décima sétima reunião do Conselho Municipal do Bem Estar
5 Animal, criado pela Lei Municipal nº 3.556 de 15 de dezembro de 2017, com a seguinte pauta: 1)
6 Leitura e aprovação da ATA da reunião anterior; 2) Atualização sobre o edital do convênio de
7 castração; 3) Relatório sobre o andamento da Comissão Tanigwá; 4) Chamamento para suprir as
8 vacâncias no Conselho; 5) Informes gerais. Presentes estavam os seguintes conselheiros: Mayra
9 Renata Viola Aguiar, representante titular da Vigilância em Saúde; Rosangela Barbosa,
10 representante suplente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura; Maridel Vicene
11 Polachini Lopes, representante titular do CONDEMA, Conselho Municipal do Meio Ambiente; Amaury
12 Miashiro, representante titular da Classe Médica Veterinária; Gabriel Carapeto Calissi, representante
13 suplente da Classe Médica Veterinária; Ana Claudia Santos de Oliveira e Tiemi Buno, representantes
14 titulares da sociedade civil; Ana Lucia Costa Amaral Pereira, representante suplente da sociedade
15 civil. A Presidenta inicia a reunião dizendo que não poderia deixar de citar três acontecimentos
16 recentes que estão ligados à causa animal. O primeiro é a aprovação do projeto que proíbe o
17 sacrifício de cães e gatos recolhidos pela municipalidade, e que isso foi um avanço. Que a eutanásia
18 só será permitida em casos que não exista tratamento. O segundo foi a aumento da pena para casos
19 de maus tratos. Diz que a lei teria que ser mais abrangente, pois está mais direcionada para animais
20 domésticos, mas que está contente com a aprovação. Explica que houve uma grande apreensão de
21 aves traficadas da Bolívia e a partir desse episódio, um Deputado está sugerindo a inclusão de aves
22 nesse enquadramento da lei de maus-tratos. E o terceiro acontecimento é sobre a rinha de cães em
23 Mairiporã e diz que foi fantástica a atuação de toda a equipe de policiais com uma investigação
24 completa, o que possibilitou a prisão de todos os envolvidos. Diz que está chocada com a
25 participação de um veterinário e por eles estarem alimentando os cães dos animais que morriam nas
26 brigas. Inicia a leitura da ata da reunião anterior. No momento que é citado na ata que ela marcaria
27 uma reunião com a Defesa Social, sobre a participação deles no Conselho, a Presidenta esclarece
28 que eles estão bem atarefados nessa época do ano, por conta da temporada e decidiu deixar para o
29 próximo mês. Conselheira Rosangela pede a palavra para acrescentar que na próxima sexta-feira
30 haverá a entrega dos veículos da frota determinando quem serão os responsáveis pela Guarda Civil
31 e Guarda Costeira. A presidente termina a leitura da ata e diz que não colocará em votação, por não
32 haver quórum para aprovação, aguardando a presença da conselheira Rosana que informou que
33 chegaria atrasada. Inicia a pauta que fala sobre o Edital de Castrações. Questiona a participação do
34 Vereador Abude nas reuniões sobre esse assunto e diz que ele não é mais Secretário de Saúde.
35 Explica que devido à falta de quórum, o melhor é fazer os encaminhamentos através da Comissão
36 para adiantar e não ter que esperar até a próxima reunião para deliberar. Conselheiro Gabriel diz
37 que houve uma reunião com a participação do Vereador Abude e que parece que eles estão
38 empenhados em resolver o problema com o Edital. Explica que foi repassado pelo Vereador que os
39 veterinários irão escolher os animais que querem operar, viabilizando o Edital publicado. Presidenta
40 diz que isso não faz sentido, pois a maior demanda é para as cadelas acima de 15 quilos e isso as
41 irá excluir. Conselheiro Amaury diz que a verba está dividida por tipo de animal. Presidenta diz que
42 não tem como alterar nada no Edital já publicado. Conselheira Rosangela diz que é necessário ver
43 como é a participação do Vereador, pois ele age com legitimidade nesse assunto, parecendo que ele
44 está representando a Associação dos Veterinários. Conselheiro Amaury expõe que nessa reunião
45 foi feita a pergunta sobre as sugestões que foram feitas e que o Vereador disse que não tem como



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruipe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruipe@peruipe.sp.gov.br

46 alterar o Edital, enfatizando que se os veterinários não se cadastrarem a verba será perdida.
47 Conselheira Rosangela explica que até o fim do ano terão só mais duas edições do BOM. Que seria
48 impossível fazer a publicação do novo Edital e que os veterinários se cadastrassem nesse ano ainda.
49 Sugere que seja solicitado documento comprovando as alterações pedidas pelo Conselho. Informa
50 que o representante da Funai enviou mensagem dizendo que não conseguiria chegar a tempo à
51 reunião e pediu que o assunto fosse pautado no CONDEMA, no que ela respondeu que não haveria
52 possibilidade, pois, o assunto já estava sendo tratado através do COMBEM. Presidenta pede uma
53 inversão de pauta e fala sobre as vacâncias do colegiado. Diz que sente algo de errado acontecendo
54 e explica que solicitou a Sr.^a Karen Gewehr a publicação do chamamento para a reposição dos
55 conselheiros representantes da sociedade civil, conforme reunião passada. Percebendo que não foi
56 publicado, entrou em contato com o Sr. Celso Vernize e o mesmo respondeu que a Dr.^a Vânia entraria
57 em contato. Depois de tentar vários contatos com ela, a sua resposta foi que não achava necessário
58 esse chamamento, pois as novas eleições para o Conselho seriam em breve. A Presidenta
59 respondeu que não era ela quem decidia isso, que esse chamamento foi decidido em Conselho e
60 que no fim, a Dr.^a Vânia desligou o telefone sem responder. No intuito de resolver, em reunião com
61 o Dr. Felipe Colaço, explicou tudo o que aconteceu, enviando novamente o ofício por email para ele
62 e para a Sr.^a Karen. Ele pediu que ela fizesse um novo ofício e entregasse para ele, no qual foi
63 atendido. Depois disso, a Sr.^a Karen entrou em contato, informando que o chamamento tinha sido
64 publicado. A Presidente diz que achou estranho, pois tinha visto o BOM da semana e não viu a
65 publicação. Entrou no site da Prefeitura e viu que o último BOM publicado, tinha sido editado e que
66 realmente a publicação estava lá. Diz que ficou estarecida, pois como as pessoas que iriam se
67 candidatar iriam ver a publicação. Pediu ao colegiado para repassar a informação às pessoas
68 interessadas e engajadas na causa animal. Inicia a pauta que fala sobre os trabalhos na área da
69 Aldeia Tanigwá e passa a palavra para a Conselheira Rosangela explicar o andamento. Ela
70 apresenta o Sr. Fernando e diz que ele foi convidado como representante da FUNAI para ouvir os
71 relatos e ter conhecimento dos documentos sobre o assunto. Diz que em reunião com o Diretor de
72 Trânsito, Sr. Marcos, pediu que ele entrasse em contato com o Diretor de Trânsito de Itanhaém para
73 planejar juntos uma força tarefa de sinalização e identificar de que forma poderia iniciar as ações na
74 área do Tanigwá. O objetivo dessa ação era conter o fluxo de carros, que já é proibido pela Prefeitura
75 por colocar em risco as pessoas e, em especial, as aves limícolas. Pede que a Presidenta e o
76 visitante Bruno Lima, façam uma complementação rápida à sua fala, apresentando o trabalho com
77 as aves. Bruno mostra as rotas das aves limícolas e que uma delas passa na Cidade. Que essas
78 aves vêm de vários lugares para descansar e a maioria delas, (sessenta por cento) permanece nessa
79 área do Tanigwá e em Ilha Comprida. Expõe a foto de uma ave de quinze anos, com anilha, vinda
80 do Canadá, que na volta do Sul parou para descansar e foi morta por atropelamento. Presidenta
81 informa que a anilha foi encaminhada para o país de origem. Diz que na área existem dezessete
82 espécies de aves, muitas já com risco de extinção. Bruno diz que inclusive são protegidas por lei
83 internacional. Que o Brasil faz parte da Convenção das Aves Limícolas e que é nossa obrigação
84 preservá-las em nosso território. Diz que o risco são os carros passando muito rápido e que até
85 quando está na área para pesquisa, leva sua filha e é difícil ouvir os carros por conta do barulho do
86 mar e só vai vê-lo já muito próximo. Mostra a foto de uma ave que, no estado de São Paulo, só é
87 vista nessa área e Presidenta explica que ela coloca os ovos na areia e que os carros passam em
88 cima. Mostra outra foto com aves descansando e bem próximo, marcas de pneu. Explica que essas
89 aves vêm de longe e quando chegam correm risco. Que o maior risco são os carros e em segundo
90 lugar os cães, principalmente os de rua. Diz que sua função, junto com a Sra. Karina Avila, é o estudo



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br

91 das leis de proteção e que estão sempre em contato direto com a Inglaterra, Canadá, Austrália,
92 Indonésia, México e Panamá, países que se unem para proteger a passagem dessas aves. Diz que
93 no Brasil existem alguns Sítios Ramsar, que são áreas de proteção muito importante para as aves
94 limícolas e que Itanhaém e Peruíbe já estão com pedido para se tornar Sítio Ramsar, que são
95 grandes áreas inundadas, de grande importância para o homem, proporcionando-os alimentação
96 direta, e que esse é um dos critérios para obter o título, que o segundo é grande concentração de
97 Maçaricos (aves limícolas) e terceiro, área de grande beleza cênica e importância turística.
98 Conselheira Rosângela diz que, logo no início, após a reunião de apresentação do COMBEM,
99 fazendo um levantamento da área, que se fosse feita a sinalização e um planejamento para atuar na
100 área, resolveria o problema. Porém que para fazer isso, não é possível que tenha entradas não
101 programadas pelo poder público (clandestinas). Que foram identificados alguns pontos assim
102 considerados. Diz que em conversa com o Sr. Marcos, ele disse que não entrou em contato com o
103 Diretor de Itanhaém e que ela respondeu isso à Presidenta. Após isso, que ela fez o levantamento
104 de todo o material de estudo das aves limícolas e entrou com pedido no Ministério Público, o qual foi
105 acatado. Que paralelamente á isso, fez uma reunião com o Sr. Gilberto, da Funai, mostrou o mapa
106 georreferenciado da área e perguntou se existia alguma aldeia que só tinha saída pela praia e ele
107 respondeu negativamente, em frente ao Tenente e do Sr. Marcelo Mouro. Diz que após a
108 representação da Presidenta, o promotor a chamou tanto para resolver esse, quanto um outro
109 problema no Guaraú, envolvendo risco de pessoas e animais. E que diante disso, convocou o
110 Secretário de Defesa e o Diretor de Trânsito para ir ao Ministério Público e que de lá saiu com uma
111 Recomendação do MP para o Prefeito, explica que Recomendação é um documento em que o MP
112 diz que se não forem adotadas as providências solicitadas, no prazo estabelecido, nesse caso cinco
113 dias, que irá promover uma Ação Civil Pública, com Improbidade Administrativa contra a Prefeitura.
114 Diz que possui o documento, que é de circulação restrita, mas que pode relatar e rapidamente
115 resumir o conteúdo. As medidas da Recomendação eram para fazer o fechamento das vias
116 clandestinas e apresentar um plano de trabalho. Diz que, nesse caso da Tanigwá, tinha a
117 necessidade de atender os Bombeiros, que faz os salvamentos na área, o pedido do Ministério
118 Público e uma demanda de alguns moradores próximos da Rua Águas Marinhas (não tem certeza)
119 que, devido um buraco que a alta da maré abriu e a água estava chegando nas suas residências.
120 Diz que a Secretaria de Obras, junto com o Diretor de Trânsito foram ao local, visto só possuímos a
121 visão aérea e as informações repassadas pela FUNAI, reforçando que não havia o risco de deixar
122 qualquer comunidade bloqueada. Diz que foram colocadas as pedras para fechamento das vias
123 clandestinas, as pedras que rolaram na Serra do Guaraú, porém que não acompanhou os trabalhos.
124 Nesse mesmo dia à tarde, recebeu o contato do estagiário do seu setor dizendo que duas pessoas,
125 representantes de uma comunidade indígena, foram à Secretaria de Meio Ambiente, de nome Jozi e
126 Andreza e que eles estavam furiosos. Disse que eles são responsáveis por uma Vivência na aldeia
127 e que os frequentadores utilizavam a faixa de areia para acessar essa aldeia. Diz que em
128 questionamento a um frequentador dessa vivência sobre os carros na areia, ele informou que o Poder
129 Público autorizava e que nunca houve nenhum problema com relação a isso e que a Polícia já viu e
130 nunca fez nada. Em contato com o estagiário, pediu que eles aguardassem sua chegada, mas eles
131 foram em outros setores da administração pública para obter respostas. Explica que estava em
132 reunião na Secretaria de Defesa e esses dois representantes chegaram. A mulher se apresentou
133 como advogada e o homem como amigo da comunidade, foram altamente agressivos, com textos
134 prontos, não quiseram ouvir e dizendo que as pedras foram colocadas para impedir o acesso das
135 comunidades indígenas. Conselheira disse que respondeu aos questionamentos contundentemente,



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruipe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruipe@peruipe.sp.gov.br

136 sem ser desrespeitosa e explicou que iria ao local para fazer vistoria nas aldeias. Eles alegaram que
137 em uma das aldeias havia uma grávida que estava bloqueada. Disse que no mesmo dia, três
138 funcionários da Secretaria de Meio Ambiente, mais um amigo do Diretor Marcelo, se deslocaram
139 para a área. Iniciaram as vistorias mais ou menos das 17h até às 20h. Que foram em todas as aldeias
140 e que foram feitas todas as verificações. Foi constatado que somente uma aldeia estava bloqueada
141 e prometeu que no dia seguinte, bem cedo, as pedras seriam retiradas e que a Sr^a. Andreza começou
142 a espernear e gritar. Ela disse que respondeu que iria embora, deixando claro o compromisso da
143 retirada das pedras. Deixa claro que se a aldeia possuir saída por qualquer outro ponto que não seja
144 pela faixa de areia, que o Poder Público não pode interferir com sinalização ou manutenção. Foi até
145 a aldeia da ponta e certificou que não havia isolamento. Chegando na aldeia do bairro Santa Cruz,
146 que faz divisa com Itanhaém, foram identificadas duas saídas internas, que com o fechamento da
147 faixa arenosa, que inclusive é área de restinga, não ficaria isolada. Disse que o Cacique dessa aldeia
148 foi muito respeitoso e que não teria problema fazer o fechamento, porém que as outras saídas
149 estavam ruins de circular. A Conselheira prometeu que no dia seguinte de manhã, a máquina
150 passaria nessas vias. Conforme prometido, no outro dia, as pedras da aldeia isolada foram retiradas
151 e a máquina ficou à disposição do Cacique para que ele informasse em quais pontos queria utilizá-
152 la. Diz que importante salientar e que ficou marcado nessa história é que, em primeiro lugar, que
153 existe esse território indígena que acaba na faixa arenosa, essa de responsabilidade municipal. Que
154 há uma legislação ambiental a ser seguida por todos e segundo que há vários problemas nesse
155 processo para serem resolvidos. Que o contato com os Bombeiros foi essencial para que fossem
156 identificados os pontos importantes para eles. Que a participação de todos os envolvidos é
157 importante para que a questão seja solucionada e que o planejamento que foi feito foi perfeito para
158 isso. Que todas as questões levantadas (acesso das comunidades, acesso dos bombeiros e a
159 questão ambiental) foram atendidas e que isso pode desagradar a alguns, porém que a legislação
160 tem que ser cumprida. Informa que a partir dessa semana, com a chegada dos carros da guarda civil,
161 terá como fazer a fiscalização. Que na área do Guaraú, ficará o carro da ambiental, que o da guarda
162 costeira ficará no Costão e que fez, juntamente com o Secretário de Defesa, um calendário para
163 executar forças-tarefas. Disse que foi solicitado aos moradores da comunidade indígena que só tem
164 a saída pela faixa de areia, documentos para que seja fornecido a permissão deles utilizarem a
165 entrada e que a partir do momento que estiver tudo certo, quem desobedecer, será autuado.
166 Presidenta diz que a posição do Conselho, diante da denúncia que recebeu do Biólogos Bruno e
167 Karina, pertencentes coletivo MoCAN e que faz um trabalho sobre as aves limícolas e migratórias
168 dessa área (informa que a Sra. Karina não pode estar presente e que a mesma faz mestrado sobre
169 aves limícolas), e diante de todo material de pesquisa, apresentado por eles, o Conselho sentiu-se
170 na obrigação de encaminhá-lo. Que na reunião da apresentação dos biólogos no Conselho, inclusive
171 com a participação do Diretor de Trânsito, Sr. Marcos a convite do Conselho, formou-se uma
172 Comissão para tratar desse assunto. Que a Comissão entrou em contato com o Chefe de Gabinete,
173 Sr. Felipe Colaço e que como não houve retorno da administração pública, dentro de um período
174 hábil, devido a chegada da temporada, quando as aves limícolas chegam à cidade, tendo essas
175 aves, interesse internacional, a comissão viu a necessidade de adentrar com esse processo no
176 Ministério Público, onde foi orientada pelo Promotor, entregando-os o material de pesquisa em
177 apresentação e com as fotos e filmagens, inclusive dos veículos na praia. Que todo o processo foi
178 feito em deliberação do Conselho e que todos estão satisfeitos do atendimento da questão. Que
179 lamenta que isso tenha criado essa situação junto às aldeias, pois o MoCAN, a qual faz parte, possui
180 um trabalho em andamento com a aldeia Tekoá Kwaray, do Cacique Renan, que inclusive é um dos



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br

181 fundadores do coletivo. Que não esperava que houvesse essa reação das comunidades. Que, após
182 o processo em andamento, através de algumas pesquisas, descobriu sobre uma Vivencia na Aldeia,
183 que incentivava os frequentadores a seguir pela faixa de área e que se surpreendeu negativamente.
184 Deseja que esses encaminhamentos sejam feitos da melhor forma possível e que, no caso de causas
185 coletivas, todos tem que ceder. Visitante Fernando, se apresenta como gestor ambiental da Funai,
186 na sede de Itanhaém. Diz que recebeu uma ligação do Cacique Arildo, de umas das aldeias da área,
187 avisando do bloqueio. Informa que a sede da Funai em Itanhaém está ocupada, devido a um protesto
188 indígena e que a maioria dos índios dessa região está lá, sendo assim não sabiam dos bloqueios.
189 Disse que veio ao local e verificou os bloqueios e depois se dirigiu à Prefeitura para obter
190 informações, mas o expediente já havia terminado. Que tentou contato com a Secretária De Meio
191 Ambiente no dia seguinte, porém só conseguiu à noite, quando ela já estava no local fazendo as
192 vistorias, conforme mencionado. Disse que repassou à Funai que também faria vistorias nas aldeias.
193 Disse que após as suas vistorias, constatou algumas divergências com o que foi relatado ali, pois
194 apesar dos bloqueios nas aldeias, a entrada pela faixa de areia continua aberta e com livre circulação
195 de carros, tanto em Peruíbe, quanto na divisa de Itanhaém e Presidenta explica que essa passagem
196 é para os Bombeiros. Sr. Fernando conclui que o que realmente houve, foi só o fechamento das
197 aldeias e informa que há uma comunidade bloqueada e que na aldeia onde foi arrumada a via com
198 a máquina, enche de água quando chove e que eles ficam isolados da mesma forma. Salienta que
199 existe os carros da saúde que atende os indígenas e o da Funai que tem que ter livre acesso à área
200 e que na sua visão, os únicos prejudicados foram os indígenas. Presidenta explica que o fechamento
201 das vias foi só a primeira etapa e que o próximo passo é a sinalização, para multar os carros. Que
202 isso faz parte da legislação que proíbe o trânsito de veículos na faixa de areia. Visitante Fernando
203 diz que além da legislação municipal existe a que protege as terras indígenas e juntamente com o
204 Sr. Gilberto entraram em consenso de que qualquer tipo de procedimento a ser adotado nessas
205 áreas tem que ser protocolado formalmente à FUNAI. Que os fechamentos não foram feitos na faixa
206 de areia e sim dentro do território, que pertence à União com uso e frutos das comunidades. Reforça
207 que qualquer intervenção nessa área tem que ser comunicada formalmente e que houve uma obra
208 no local e avisaram uma pessoa e acharam que estava correto. Que nas comunidades possuem
209 várias pessoas, com vários entendimentos e que o certo seria uma comunicação prévia para a
210 FUNAI, que avaliaria, junto as comunidades e retornaria. Presidenta explica que o foco da ação foi a
211 denúncia com relação à proteção das aves limícolas, que utilizam essa área para descanso e
212 alimentação e estão sendo dizimadas. Que a comunicação à FUNAI, fuge à alçada do Conselho.
213 Que solicitou a proteção das aves, com o cumprimento da legislação ao Município, devido a faixa de
214 areia ser sua responsabilidade. Informa que o Conselho recebeu a denúncia, constatou a veracidade
215 das informações e a encaminhou para providências, mas que a maneira que seria encaminhada
216 pelos órgãos competentes, fuge à alçada do Conselho. Conselheira Rosangela complementa a fala
217 dizendo que, em primeiro lugar, foi conversado com um representante da FUNAI sobre as ações e
218 se não foi repassado é um problema interno de comunicação. Que os Srs. Gilberto e Richard, fizeram
219 parte do CONDEMA por dois anos e por várias vezes esse problema foi pautado lá e que eles
220 estavam cientes. E em segundo lugar, que a FUNAI que deveria comunicar esse aldeamento que só
221 possui saída pela faixa de areia, pedindo autorização para essa passagem e que o problema não é
222 o trânsito de pessoas e sim de veículos e mesmo assim há uma vivência indígena incentivando o
223 trânsito de carros na praia. Presidenta diz que em pesquisa, descobriu que essa vivência, na sua
224 página em rede social, convidavam as pessoas e discriminavam o acesso à aldeia por 800m em faixa
225 de areia, com praias paradisíacas, convidando pessoas de todas as partes do mundo a contrariar a



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruipe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruipe@peruipe.sp.gov.br

226 legislação municipal. Que o risco não é só para as aves, que possuem proteção internacional, que
227 também para as pessoas circular ali é perigoso. Conselheira Rosangela diz que explicou ao Sr.
228 Gilberto da FUNAI que essa ação era só uma das etapas do planejamento e que o argumento do Sr.
229 Fernando, de que ainda existem carros circulando na areia porque está aberto, não justifica a
230 passagem, porque é proibido. Diz que além disso, está sendo implementado um plano de trabalho
231 que requer esforço de todos. Que algumas falas do Sr. Fernando precisam ser analisadas, pois em
232 primeiro lugar, o diálogo com a FUNAI não era uma troca e sim a verificação das entradas. Que as
233 vistorias nas aldeias foram feitas e que foi feito tudo o que se podia para solucionar o problema com
234 a passagem dos indígenas e que alagamentos são comuns quando chove em grande parte do
235 Estado. Reforça que enquanto não houver a conscientização dos direitos, que precisam ser
236 temporizados, tendo essa resistência entre a proteção animal e a proteção das terras indígenas,
237 não iremos chegar a nenhum caminho. Visitante Fernando esclarece que não há problema de
238 comunicação interna na FUNAI. Que a comunicação tem que partir de quem quer fazer a obra e que
239 a questão é que a praia continua com livre acesso, só estando fechadas as aldeias. Presidenta diz
240 que o visitante continua usando o mesmo argumento, de que outras pessoas estão circulando na
241 área. Reitera que isso é o início de uma ação que pretende inibir a passagem de carros na praia
242 porque é proibido, tanto para os homens brancos, como para os indígenas. Diz que essa é uma
243 questão antiga e que vem sendo discutida há muito tempo no CONDEMA, mas que até o momento
244 não tinha sido encaminhada adequadamente. Reforça que há uma legislação municipal e que ela
245 tem que ser cumprida e que esses acessos abertos estavam sendo utilizados indevidamente, até
246 com o incentivo de uma comunidade, o que a deixou muito chateada. Informa que a continuidade do
247 processo, além da colocação de placas, é uma força-tarefa conjunta com Itanhaém e que o Diretor
248 de Trânsito de lá se mostrou interessado em atuar nessa inibição dessa irregularidade. Na sequência,
249 a Guarda Municipal, junto com a Polícia Ambiental irão atuar mais intensivamente na proibição. Que
250 esse problema de circulação de veículos não se restringe a essa Vivência e que a Conselheira Ana
251 Claudia havia comentado que numa festa de Iemanjá a qual foi nessa área, estava cheio de carros
252 estacionados na praia, porém que isso não justifica a passagem de outros. Conselheira Ana Claudia
253 explica que nesse dia, estava com um grupo grande de pessoas e que eles não entraram, mesmo
254 vendo outros veículos lá, pois é proibido. Presidenta reforça que no momento em que cada um tiver
255 consciência dos seus deveres e direitos como cidadão, será muito mais fácil. Visitante Fernando diz
256 que não veio à reunião para receber lição de moral e que essa obra tinha que ser comunicada.
257 Presidenta responde que ninguém ali está dando lição de moral. Que esse processo se trata de um
258 encaminhamento jurídico. Conselheira Rosangela explica que a Prefeitura não fez obra e sim o
259 fechamento na faixa arenosa, não na aldeia e Fernando diz que era obra sim, com caminhão e trator,
260 reforçando que em nenhum momento citou Vivência nas suas falas. Conselheira Rosangela
261 responde que citou a vivência porque eles estão fazendo mal uso da área, incentivando os
262 frequentadores a ir pela faixa de areia. Salienta que a FUNAI que deveria ter avisado sobre essa
263 comunidade que só tinha acesso pela praia, solicitando a passagem dos índios, pois a faixa de areia
264 é responsabilidade da Prefeitura e Fernando responde dizendo que a comunicação da obra deveria
265 ter sido feita previamente à FUNAI. Presidenta diz que o documento expedido pelo MP não tem nada
266 a ver com as comunidades indígenas e sim sobre a preservação das aves limícolas. Que foi
267 encaminhada a solicitação e o Promotor leu todo o embasamento técnico dos biólogos e achou
268 legítima. Pergunta porque encaminharia esse pedido à FUNAI se a faixa de areia é responsabilidade
269 municipal e Visitante Fernando diz esse encaminhamento era necessário, visto ser uma área
270 indígena, Conselheira Rosangela esclarece novamente que quem deveria ter comunicado a



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruipe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruipe@peruipe.sp.gov.br

271 presença do aldeamento era a FUNAI e do jeito que o Visitante está colocando, parece que o
272 problema é a Vivência. Presidenta reforça que só soube dessa Vivência após o encaminhamento e
273 explica novamente que o COMBEM recebeu a demanda, enviou para a administração pública e não
274 obteve retorno e que entrou, como Presidenta do Conselho no Ministério Público, legitimamente, que
275 essas aves possuem legislação internacional de proteção. Diz que é tão legítima que foi acatada. O
276 MP pediu à Prefeitura que tomasse as providências cabíveis e que a atuação do Conselho termina
277 aí. Que não há problemas pessoais nenhum e que o coletivo MoCAN que faz parte, possui na sua
278 fundação um Cacique em umas das aldeias dessa área. Que o coletivo faz um projeto lá, em conjunto
279 com o Conselho Britânico e com o Museo da ONU, que se trata de um sistema agro-florestal para
280 prover de alimentos a comunidade. Que há uma atuação muito bacana juntos aos indígenas, que
281 inclusive está apoiando a ocupação da sede em Itanhaém e que arrecadou no coletivo verba para
282 comprar pratos e talheres, além de um valor em dinheiro e junto com a Conselheira Tiemi foi até lá
283 levar. Pede ao Visitante que não deturpe o contato com os indígenas que sempre foi muito
284 harmônico. Que isso é um problema pontual e ela como Presidenta do Conselho encaminhou a
285 demanda legitimamente, que foi atendida pelo MP. Visitante Fernando diz que não tem nenhum
286 problema pessoal e que a questão não é essa, porém que teve a impressão de que o real problema
287 era a Vivência. Presidenta mais uma vez diz que só descobriu sobre ela após o encaminhamento,
288 ficando chocada com a orientação para os frequentadores seguirem pela praia. Visitante Fernando
289 reforça a importância do aviso formal e explica que são várias comunidades e que cada um tem seus
290 conhecimentos e saberes e por isso a documentação é imprescindível para que todos recebam a
291 comunicação correta. Conselheira Rosangela retorna a dizer que quem interrompeu a comunicação
292 foi a FUNAI e pede que eles apresentem um documento dizendo da existência dessas aldeias e que
293 elas utilizariam a faixa arenosa para circulação e Fernando novamente diz que toda obra nas terras
294 indígenas deve ser comunicada. Presidenta novamente diz que a faixa de areia é responsabilidade
295 da Prefeitura e pergunta ao visitante se sua reivindicação é que as comunidades possam chamar
296 pessoas para descumprir a lei. Visitante Fernando diz que essa foi uma colocação maldosa, que em
297 nenhum momento falou isso. Presidenta reforça que a proibição é tanto para a vivência, quanto para
298 as festas de Iemanjá, quanto para os torneios de pesca e Conselheiro Gabriel diz que também tem
299 os parapentes e os surfistas que entram nessa área de carro. Conselheira Ana Claudia pede a
300 palavra e diz ao Visitante Fernando que ele veio para esclarecer os acontecimentos e pergunta se
301 ele tem alguma sugestão para a solução dos problemas e ele responde que ainda está se colocando
302 a par, porém que até o momento acha que deveria ter sido feito um outro tipo de bloqueio. Acha que
303 só o monitoramento da área já inibiria o mal uso da área, deixando o acesso somente para os
304 cadastrados. Presidenta explica que a Prefeitura não tem pessoal suficiente para deixar um agente
305 somente nessa área. Diz que os fechamentos são legítimos porque há a proibição de circulação de
306 veículos na faixa de areia, sendo exceção, somente os carros de serviço, como o dos bombeiros e o
307 da limpeza de praia. Que é inviável ter uma cancela, pois cada órgão teria que ter uma chave.
308 Visitante Fernando novamente diz que a praia continua aberta, com circulação de carros e que só
309 as aldeias foram fechadas. Conselheira Rosangela diz que desde o início falou de controlar o acesso
310 da faixa de areia, que é até o limite territorial municipal e que quando viu o mapa, verificou as diversas
311 vias que dão acesso a essa parte terrestre e uma saída que faz divisa com outro Município e que o
312 necessário em termos de legislação de trânsito é fechar as vias clandestinas, pois se alguém for
313 multado e não houver sinalização ela vai dizer que desconhecia a proibição e implementar agentes
314 expectadores. Diz que foi uma ação prática e que as pessoas colocam isso como se fosse para
315 prejudicar as aldeias e que os inimigos dos indígenas não estão aqui, muito pelo contrário pois todos



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br

316 os esforços que estão sendo feitos em várias frentes para trazer os indígenas para participação ativa
317 em vários Conselhos Municipais, que lutou para que a FUNAI fizesse parte do CONDEMA e reforça
318 que essa é uma questão prática e que exige um raciocínio pragmático e que precisa não ter brechas
319 para fazer a fiscalização desse território que é nosso e para isso é necessário ter o controle, que se
320 baseia na sinalização e no fechamento de vias que podem permitir o acesso. Que o Poder Público
321 viabilizou o cadastro dos indígenas que só tem acesso pela praia, somente trazendo a cópia do
322 documento, que a permissão para essa aldeia do Ruínas será dada, pois ninguém está proibindo
323 essa circulação que prevalece sobre o Código de Posturas. Conselheira Mayra pede a palavra e se
324 apresenta para o visitante como veterinária da Zoonoses e diz que faz parte do Conselho. Explica
325 que a duas reuniões atrás teve a apresentação dos biólogos e que também não tinham entendido de
326 início. Mostra no mapa que não é possível fazer barreiras delimitando a faixa de areia, pois é proibido
327 e que foi discutido vários meios de solucionar o problema de circulação de carros, como colocar
328 cancela que é fácil de abrir ou deixar com cadeado, o que dificultaria o trabalho dos Bombeiros. Que
329 a mais viável, era o fechamento das vias clandestinas, que prejudicou alguns, mas que foi
330 solucionado, retirando as pedras do bloqueio e liberando o acesso através de documentação. Que
331 as ações estão sendo feitas e conforme for aparecendo os problemas, a gente tem que procurar
332 soluções e diz que o visitante, como gestor, tem que conversar com o pessoal das aldeias e explicar
333 a situação e trazer as demandas para juntos resolvermos. Presidenta diz que a ação ainda está em
334 andamento e está em conversa com Itanhaém, que isso tudo é um processo, que são várias décadas
335 de descaso e não será na primeira ação que iremos resolver. Salaria que a colocação da
336 Conselheira Mayra foi de uma propriedade imensa e que temos que buscar soluções e não pedir que
337 uma parte da sociedade cumpra a lei e a outra não, pois isso não faz sentido. Conselheira Mayra diz
338 que também há o problema de cães pegando as aves e pede ao visitante que além desse assunto
339 com relação ao acesso, que ele leve a demanda dos animais da aldeia para castrar, pois eles tendem
340 a ficam menos territorialistas, auxiliando nessa questão dos ataques dos cães às aves. Diz que nesse
341 ano, de sete ataques a animais silvestres, cinco eram de cães. Diz que não vai resolver o problema,
342 mas vai ajudar bastante. Conselheiro Gabriel pergunta se é só uma aldeia que só tem acesso pela
343 praia e Presidenta diz que é só a Tapirema. Explica que quando chove há alagamentos em vários
344 pontos que não é só nessa aldeia e novamente o Visitante Fernando diz que os acessos pela praia
345 estão abertos. Conselheira Rosangela diz que eles vão continuar abertos, pois não podem ser
346 fechados e a propostas para essas passagens é fazer um trabalho de sinalização e autuação nessas
347 entradas. Presidenta diz que estamos nos organizando para, agora na temporada, denunciar se vir
348 carros na área com a promessa da Defesa Civil de ser prontamente atendidos e que essa é uma
349 demanda antiga e que pela primeira vez foi dado um passo para tentar solucionar o problema. Que
350 não significa que irá ser resolvido de início, que essa demanda é muito antiga no CONDEMA e que
351 não conseguiram encaminhar e que, felizmente conseguimos encaminhar através do COMBEM,
352 muito bem embasados. Que havia feito uma denúncia, pedindo o fechamento dessa praia e que foi
353 recusado pelo MP. Conselheira Rosangela diz que há um trauma das pessoas com relação a atuação
354 do Poder Público. Que não precisa ficar dando relato da sua atuação como gestora, mas que quantas
355 vezes saiu em defesa da causa, como numa denúncia de corrida de cavalos em que atuou e em
356 todas as brigas que enfrentou, até com pessoas de cargo alto, para que a legislação fosse cumprida.
357 Que não está expondo isso por vaidade, mas para conhecimento. Que a Secretaria de Meio
358 Ambiente, conseguiu tirar um torneio de pesca, que sempre acontecia nesse local e até essa corrida
359 de cavalo, que era apoiada por um vereador. Presidenta diz que todas essas questões são facilmente
360 encontradas nas atas do CONDEMA e do COMBEM e que essa luta para a preservação dessa área



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruipe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruipe@peruipe.sp.gov.br

361 faz parte de um longo trabalho e de várias discussões nesses órgãos que não é direcionada para
362 grupos e sim para a proteção dessa faixa de areia, que por ser parte dessa área indígena, permite a
363 sobrevivência dessas aves limícolas, que se recuperam, se alimentam e nidificam nessa área e se
364 nós proibirmos elas de fazerem isso, estaremos cometendo um crime ambiental internacional.
365 Conselheira Rosangela reforça que a manutenção do território indígena depende de uma maneira
366 visceral com a existência dessas aves. Que, conforme um estudo de mais de dez anos atrás, que foi
367 feito devido ao pedido de análise de um projeto de implementação de um porto nessa área, foi
368 colocado que a existência dessas aves no local, está diretamente ligada a presença dessa reserva
369 indígena. Presidenta salienta que esse processo está diretamente ligado às aves, não tendo nada a
370 ver com as comunidades. Visitante Fernando pede licença para se retirar e Presidenta diz que
371 estamos abertos a sugestões e demandas das comunidades indígenas, pois ajudar no fortalecimento
372 deles sempre foi fundamental. Presidenta agradece a presença de todos e nada mais havendo a ser
373 tratado, a reunião se encerra às 17h e 39 m.

374

375

376

Maridel Vicene Polachini Lopes
Presidenta

377

378

379

380

381

382

Ana Claudia Santos de Oliveira
Secretária

383

384

385

386

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL DE PERUIBE

Ofício nº 21/2019

Exmo. Sr.
Dr. Orlando Brunetti Barchini
DD. Promotor de Justiça

Prezado Sr.,

Conforme tratativa anterior, encaminhamos material referente a denúncia encaminhada ao COMBEM em reunião cuja ATA encontra-se anexa, a respeito do trânsito irregular de veículos motorizados na praia do Tanigwa, no município de Peruíbe, que colocam em risco a vida das pessoas que ali frequentam e da fauna local.

A área especificada é um remanescente importante do bioma da Mata Atlântica, sendo área de proteção ambiental e apresentando vegetação e fauna nativas preservadas, fundamentais para os serviços ecossistêmicos da nossa região.

Solicitamos seu apoio pra que sejam cumpridas as ações fruto das deliberações feitas na 15ª reunião do Conselho, com a presença do Diretor do SETRAN, e que sejam tomadas as medidas elencadas posteriormente em reunião com a Comissão do Conselho, o Secretário de Defesa, o Diretor do SETRAN e o Dr. Felipe Colaço, do gabinete da prefeitura, que destacavam o aumento da fiscalização, o atendimento às chamadas de denúncia e o impedimento do acesso à praia com a colocação de pedras em todos os acessos, excetuando o que é utilizado oficialmente pelos serviços públicos. Houve também a promessa de criação de um plano conjunto de atuação com a participação do Coordenador de Trânsito do município vizinho de Itanhaém, por onde também há passagem para a faixa de areia.

Diante da proximidade da temporada de verão, onde o afluxo de veículos na cidade se intensifica e os riscos recrudescem, tais medidas, que visam impedir o trânsito de veículos pela faixa de areia, assumem caráter de urgência.

A solicitação é embasada em material de pesquisa sobre as aves limícolas que frequentam aquele trecho de praia, trabalho realizado e apresentado pela Bióloga Karina Anahi Ávila Sparza (cédula profissional 9981382, matrícula BAC190138), pós-graduanda em Biodiversidade de Ecossistemas Costeiros, na UNESP de São Vicente e pelo Biólogo Bruno Lima (Crbio 72691-01 D).

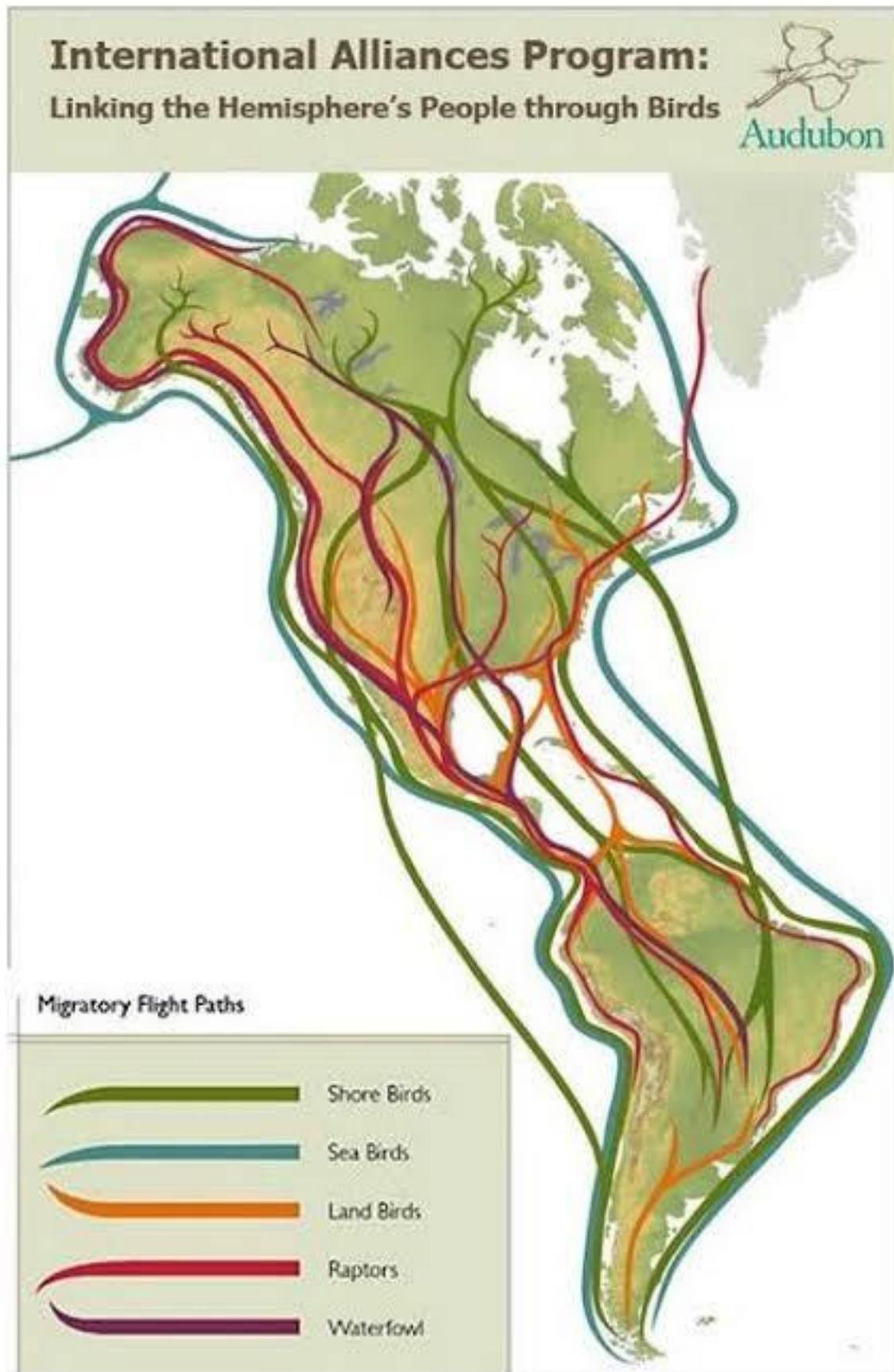
Agradecemos a atenção e colocamo-nos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários,

Atenciosamente,

Mari Polachini
Presidenta do COMBEM

Estância Balneária de Peruíbe, 10 de Dezembro de 2019

Rotas Migratórias das Aves Limícolas (Shore Birds)



IAP Flyways Map

17 Espécies registradas nas praias do Ruínas e Tanigwá, Peruíbe/SP

Maçarico-de-pernas-amarelas (*Tringa flavipes*)

origem: vem do Alasca e Norte do Canadá.

Status: populações diminuindo.



Maçarico-grande-de-pernas-amarelas (*Tringa melanoleuca*)

origem: vem do Alasca e Canadá

Status: populações estáveis.



Maçarico-de-papo-vermelho (*Calidris canutus rufa*)

origem: Círculo Polar Ártico

Status Nacional: criticamente em perigo

Status Internacional: perigo iminente de extinção

É uma das espécies mais pesquisadas e procuradas pelos cientistas, cujas populações decaíram drasticamente nos últimos 20 anos. Em Peruíbe, já foram registrados bandos de mais de 20 indivíduos em anos anteriores. Em maio de 2018, o observador de aves Pedro Behne registrou um indivíduo anilhado pelos Estados Unidos, que logo após ser fotografado morreu atropelado por um carro em alta velocidade na praia do Ruínas. A anilha foi retirada e enviada ao país de origem.



3:12 p.m. wikiaves.com.br/29664

maçarico-de-papo-vermelho [+2]
Calidris canutus (Linnaeus, 1758)

Assunto(s): Ave
Sexo: Indeterminado
Idade: Jovem
Autor: Pedro Behne
Local de Observação:
Município: Peruíbe/SP
Feita em: 06/05/2018
Publicada em: 08/05/2018
Câmera: Canon PowerShot SX50 HS
Observações do autor: Cinco minutos após ser fotografada, a ave em questão foi atropelada e morta na Praia do Ruínas, por um veículo em alta velocidade. Estava anilhada. Foi encaminhada para necrópsia no Gremar em Itanhaém.

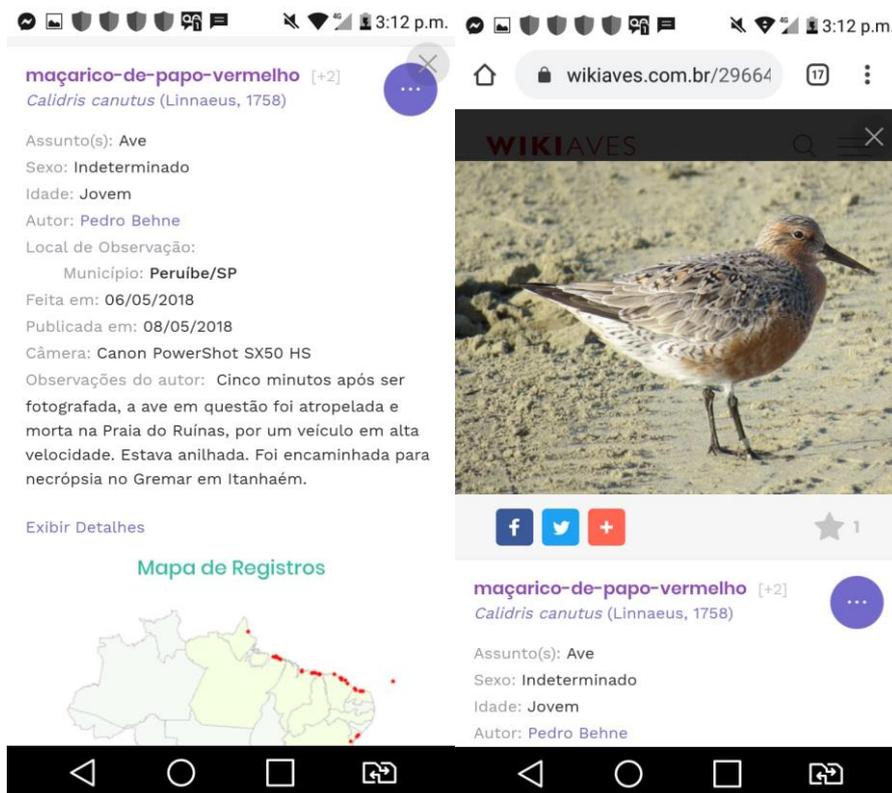
Exibir Detalhes

Mapa de Registros



maçarico-de-papo-vermelho [+2]
Calidris canutus (Linnaeus, 1758)

Assunto(s): Ave
Sexo: Indeterminado
Idade: Jovem
Autor: Pedro Behne



Maçarico-branco (*Calidris alba*)

Peruíbe constitui um importante ponto de descanso e alimentação para esta espécie. Grandes quantidades param nas praias do Tanigwá e Ruínas e ficam por vários dias até retomarem seu vôo

para o Sul do Brasil e a Terra do Fogo. O repouso e alimentação nas praias da cidade é imprescindível para que ganhem energia suficiente para seguir viagem, do contrário podem morrer.



Maçarico-de-sobre-branco (*Calidris fuscicollis*)

origem: vem do Alasca e extremo Norte do Canadá.

Status: populações em declínio.



Maçarico-rasteirinho (*Calidris pusilla*)

origem: vem do Alasca e Canadá

Status Nacional: em perigo

Status Internacional: quase-ameaçado, populações em declínio.



Maçarico-acanelado (*Calidris subuficollis*)

origem: Ele se reproduz no Alasca e Norte de Canadá.

Status Nacional: vulnerável

Status Internacional: quase ameaçado, suas populações estão em declínio.

Espécie rara em toda sua rota migratória, sendo Peruíbe um de seus pontos de descanso e alimentação.



Maçarico-pernilongo (*Calidris himantopus*)

origem: vem do Alasca e Canadá

Espécie rara no Estado de São Paulo, sendo esse o primeiro registro para o município de Peruíbe.



Batuira-de-bando (*Charadrius semipalmatus*)

origem: vem do Alasca e Canadá.

As praias de Peruíbe constituem um ponto importantíssimo para eu descanso e alimentação, onde permanecem por vários dias até recuperarem energia para retomar seu vôo para o Sul de Brasil e Argentina . Espécie abundante nas praias do Ruínas e Tanigwa, tendo sido feitos registros de até 100 indivíduos em um só dia.



Batuíra-de-coleira (*Charadrius collaris*)

Status: populações em declínio.

É uma espécie de batuíra residente, que se reproduz no Brasil.



Batuiruçu-de-axila-preta (*Pluvialis squatarola*)

origem: vem do Alasca e extremo Norte do Canadá.

Status Estadual: quase ameaçado, populações em declínio.

Espécie tímida e rara no Estado de São Paulo, mas com vários registros nas praias de Peruíbe, o que torna a sua proteção no município ainda mais necessária.



Batuiruçu (*Pluvialis dominica*)

origem: vem do Alasca e Canadá

Status Estadual: quase ameaçado, populações em declínio

Peruíbe representa um ponto de descanso e alimentação importante, permanecem no município por vários dias até retomar seu vôo. Grandes quantidades de indivíduos já foram registrados.



Maçarico-de-bico-virado (*Limosa haemastica*)

origem: vem do Alasca e Canadá.

Status: populações em declínio.



Pernilongo-de-costas-brancas (*Himantopus melanurus*)

Registrado em grandes quantidades nas praias de Peruíbe.



Maçarico-de-bico-torto (*Numenius hudsonicus*)

origem: vem do Alasca e Canadá

Status: populações em declínio

Espécie que anualmente utiliza as praias de Peruíbe para repouso e alimentação.



Maçarico-do-campo (*Bartramia longicauda*)

origem: vem do Alasca.

Status Estadual: quase ameaçado



Piru-piru (*Haematopus palliatus*)

Status Estadual: **Vulnerável**

A praia do Tanigwá é uma das últimas áreas da Baixada Santista onde essa espécie ocorre e se reproduz. Seus ovos são botados diretamente na areia da praia, tornando o trânsito de veículos um fator importante na mortalidade dos ovos e filhotes.



AVES LIMÍCOLAS MIGRATÓRIAS

Aves limícolas são aquelas que dependem de ambientes úmidos e buscam alimento nas zonas entre marés e margens de corpos aquáticos, especialmente lagunas costeiras e estuários, embora possam ocupar uma diversidade de habitats. Incluem-se, dentre elas, *batuínas*, *maçaricos*, *narcejas* e *ostreiros*, sendo um grande número dessas espécies migratórias.

As migrações ocorrem no outono e primavera de cada ano, quando milhares de indivíduos cruzam os hemisférios norte e sul para fugir do inverno nos sítios reprodutivos, em geral no Hemisfério Norte, e descansar em sítios de invernadas no Brasil, onde frequentam as regiões costeiras.

As aves migratórias são patrimônio comum dos países por onde passam e têm sido objeto de esforços internacionais para sua conservação. O Brasil é signatário de acordos internacionais relacionados à proteção das espécies migratórias e dos seus habitats, como a Convenção Internacional para Conservação da Fauna, Flora e Belezas Cênicas das Américas (Convenção de Washington), a Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas e a Convenção sobre Zonas Úmidas (Convenção de Ramsar).

No Brasil, as aves limícolas sofrem interferências antrópicas negativas tanto de forma direta quanto indireta, e a interação com populações humanas tem sido a grande responsável pelos impactos diretos neste grupo.

As perturbações provocadas pela visitação e trânsito de pessoas nos locais de alimentação dificultam o ganho energético das aves, o que interfere na sua capacidade de voo, no sucesso reprodutivo e pode até mesmo provocar o aumento da mortalidade.

No município de Peruíbe, as aves limícolas são objeto de estudo da bióloga Karina Ávila (matricula BAC190138), na sua Pós-graduação em Biodiversidade de Ecossistemas Costeiros, na UNESP de São Vicente e também foram largamente estudadas pelo biólogo Cesar Cestari (Cestari, 2008). Ambos os autores comprovam a importância das praias da como ponto de descanso e alimentação para essas aves. Elas também utilizam a foz dos pequenos canais que desaguam na praia para banhar-se e limpar as plumas. Costumam chegar extremamente cansadas e famintas da longa viagem e a perturbação humana pode leva-las à morte por exaustão.

A cada ano aumentam os impactos causados a essas aves por cães que circulam soltos pelas praias e pelo trânsito de veículos na faixa de areia. Recentemente, um raro Maçarico-de-papo-vermelho (*Calidris canutus*) que havia sido fotografado na praia foi atropelado e morto por um carro em alta velocidade. A ave estava regressando à América do Norte e estava anilhada, sendo o fato registrado e devidamente comunicado. Um dos pontos onde o grande fluxo de carros mais ocasiona problemas é a praia do Tanigwá.

O Brasil possui um Plano de Ação Nacional para Conservação de Aves Limícolas em conjunto com organizações internacionais, que tem como um dos seus objetivos garantir a segurança dessas aves ao longo de sua rota migratória. Peruíbe representa uma importante rota para essas aves, pois por aqui passam espécies ameaçadas de nível internacional, como o Maçarico-de-papo-vermelho (*Calidris canutus*), o Maçarico-acanelado (*Calidris subruficollis*) e o Maçarico-rasteirinho (*Calidris pusilla*).

Diante do exposto, justifica-se a exigência de implementação de medidas urgentes para impedir o trânsito de veículos automotores na faixa de areia, principalmente na praia do Tanigwá, por ser o local de maior concentração de aves limícolas e onde o acesso de carros se faz mais intenso.

























